

## VALOR DE ESCRAVOS EM CAMPINA GRANDE

*Josemir Camilo de Melo*

A região, hoje polarizada por Campina Grande, denominada de Compartimento da Borborema, teve sua formação econômico-social através do trabalho escravo aplicado à lavoura algodoeira. Paralelamente, desenvolveu-se a pequena produção baseada em produtos de subsistência, quase sempre dentro da técnica do consórcio. A elevação de Campina Grande à cidade em 1864, mostra bem a relação causa-efeito dentro do boom algodoeiro, quando da Guerra da Secessão norte-americana. Mas, até que ponto a produção algodoeira foi uma produção familiar-camponesa, sem o uso do trabalho escravo, ou com baixa utilização de homens negros escravizados?

Que a escravidão foi a relação de produção hegemônica na região, disto não se duvida, mas o que se pretende investigar é até que ponto o algodão pôde reter esta mão-de-obra depois de 1850. Porque, inversamente ao crescente surto algodoeiro, vai diminuindo o número de homens escravizados na cidade. Provavelmente ocorrera uma troca de técnica agrícola, passando a produção latifundista/monocultura para a latifundista/consorciada e minifundista, consorciada ou não.

Outro aspecto que gostaríamos de investigar diz respeito a alguns movimentos sociais que explodiram exatamente após 1850, como o Ronco da Abelha (1852), o Levante dos Escravos (1873) e os Quebra-Quilos (1874) em que a participação de negros livres e escravos foi patente. Inclusive há quem afirme que um dos líderes dos Quebra-Quilos, João (Carga d'Água) Vieira, de "pele azeitonada" teria também participado do Ronco da Abelha. Provavelmente não teria participado do Levante de Escravos de 1873, uma vez que, além do ofício de transportador de água e de tropeiro, João Vieira era capitão-do-mato (1).

Outro elemento a que se deve buscar origem (e desenvolvimento) é a existência de várias comunidades negras (algumas tidas nominalmente como Quilombos) nas faldas da Serra da Borborema, como o Quilombo de Pedra D'água e a Caiana dos Crioulos no trecho que vai de Ingá a Serra Redonda e Juarez Távora. Que ligação teriam estas comunidades com o Ronco da Abelha ou com o quilombo do Espírito Santo, em 1851 (2).

Quando estourou o Ronco da Abelha, a vila de Campina Grande e seus arredores possuíam cerca de 3.446 trabalhadores escravos, quase 20% da população local. Isto representava 12% da população escravizada da Paraíba, o maior índice, por sinal, fora da Capital. Foram esta população negra e os mestiços que, juntos, se opuseram aos decretos 797 e 798, que instituíam o Censo Geral do Império e a obrigatoriedade do registro de nascimento e óbito (3).

A Paraíba estivera convulsionada com a Praieira em 1848, deixando um rastro de vinditas e perseguições, no entanto, não concordamos com Hamilton Monteiro, quando tenta ligar o Ronco da Abelha a grupos remanescentes de praieiros. Aqueles decretos foram tidos pelo povo mestiço e escravo como a "lei do cativo", que associavam provavelmente ao fim do tráfico, seja porque a autoridade responsável pelo registro deveria ser um Juiz de Paz (4). Livros de registro rasgados, ameaças, gente reunida em praças e ruas bravejando contra tais arbitrariedades, como entendiam, levaram a suspensão de tais decretos.

O cronista campinense Epaminondas Câmara assim descreve o levante: "... irrompeu a rebelião popular da serra do Bodopitá, denominada "Ronco da Abelha". É que

uma multidão de moradores de Catuama, Surrão e doutros pontos serranos, cansadíssimos das promessas vãs do Governo e dos abusos do Poder, não toleraram o "absurdo" do registro de nascimento e óbitos, cujo regulamento (18 de julho de 1851) entrava em vigor. A mentalidade primitiva dessa gente, que só confiava nos vigários e tinha sobrada razão para isto, não compreendia porque se lançasse nos livros públicos o nome dos seus filhinhos. Ou o governo queria escravizar o resto da população (...) E os caboclos da serra rebelaram-se a 16 de fevereiro de 1852, cometendo depredações nas casas das autoridades. Invadiram a vila do Imperador (Ingá) e se espalharam pelos municípios de Campina, Alagoa Nova, Areia e povoações de Alagoa Grande e Araruna". (5).

A população escrava daquelas localidades andaria por volta de 4.000 trabalhadores que, somada à de Campina, andaria por 8.000. Mas, presume-se que a participação de escravos não tenha correspondido a esta totalidade pois, como decorrência da repressão jurídica, seus filhos eram automaticamente escravos. A lei de 7 de novembro de 1831 era letra morta, tanto que, em 1868, há um registro de venda de um africano (6).

A população paraibana, no entanto, não permaneceu estável ou cresceu. Pelo contrário, a febre amarela, em 1852 deve ter feito dos seus estragos, ainda não nominados, quanto o fez o surto de cólera-morbo de 1856. Desta feita, a Paraíba perdera cerca de 10% de sua população, algo em torno de 20.703 habitantes, até seu último ano em 1862. Campina Grande, por sua vez, perdera 1.547 no pique do surto e 318 pessoas em 1862. Narra Irineu Joffily que esta calamidade extinguiu "o tráfico de negros para a escravidão" e que a respeito do cólera-morbo, Campina teria perdido 152 escravos, enquanto que o total da Província foi de 2.982 (7). Apesar de ser só 5%, os valores caíram a partir do cólera, ficando em Campina um tanto defasado da média nacional e até da provincial. Veja-se a seguir.

## TABELA I

### VALORES DE ESCRAVOS EM CAMPINA (1866/8) (Em mil réis)

Idade	Sexo		Média por grupo de idade
	Masculino	Feminino	
0 a 15 anos	645	498	571
16 a 25	1:125	1:042	1:083
26 a 35	667	669	668
36 a 45	467	800	634
46 e mais	861	450	656

Fonte: Livro de Escrituras. Escravos. VI, 1866 a 1875. 1.º Cartório de Offício de Campina Grande

Nossa média perfaria algo em torno de 722 mil réis, enquanto que a média nacional daquela década estaria em 1:765 mil réis, tomando-se as idades de 15 a 29 como limites. A média, dos anos 1850, teria sido de 1:325 mil réis, o que mostra um crescimento, nacional, do valor da mão-de-obra escrava, relacionada com a renovação do

estoque interno. No entanto, mesmo se levando em conta o valor provincial, Campina estava aquém. Tomando-se uma idade média de 33 anos, teríamos o valor, em inventários, de 1:200 mil réis, para os anos de 1860 (8).

Estes valores não estavam longe da média de 17 escravos inventariados, na cidade, em 1872, o que representava 622 mil réis. Valores nem sempre absolutos, pois se revelavam também como partes, como a herança deixada pelo Coronel José Francisco da Costa Agra e sua viúva. Tratava-se de "uma banda" da escrava Sebastiana, no valor de 50 mil réis. Ou então, como a trabalhadora escravizada, Roza, de 19 anos que foi vendida por "82 braças de terra e mil de fundo". Crianças de dois anos valiam 200 mil réis (em 1872), enquanto que, em 1868, duas de 16 meses teriam valido 300 mil réis, cada (9).

Pode-se medir, ainda, o valor com relação à idade, sexo e procedência, principalmente no declínio do boom algodoeiro. Num contingente estudado, de 65 escravos, entre 1867 e 1868, cerca de 69% eram da própria cidade e valiam em média 711\$500. Os de fora perfazem 26% e são mais caros, valendo 807\$000. Provêm de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Ainda, quanto à procedência, há um "africano de nação" em Campina, que foi vendido por 1:150\$000.

TABELA II

ESCRAVOS EM CAMPINA: LOCAL, SEXO E VALOR  
(1867/8)

Procedência	Masculino		Feminino		Média
	N.º	mil réis	N.º	mil réis	
Campina Grande	15	707 *	30	716	711.5
Outras cidades	1	933	1	1:250	1:091.5
Pi, Ce, Rn e Pe	7	593	7	1:021	807.0
Africano	1	1:150	—	—	1:150.0
S/identificação	2	970	1	500	735.0
<b>TOTAL/MÉDIA</b>	<b>26</b>	<b>871</b>	<b>39</b>	<b>872</b>	<b>871.5</b>

Fonte: Livro de Escrituras. Escravos. VI, 1866 a 1875. Cartório do 1.º Ofício de Campina Grande

\* Média.

Em 1872, Campina Grande tinha 1.105 escravos, equivalente a 8% de sua população. Quanto ao total da população escrava da Paraíba, Campina ocupava o sexto lugar, com 5,1%. Vinha depois da Capital, de Guarabira, Areia, Bananeiras e Souza. Isto demonstra que o algodão não utilizava o braço escravo. Na relação entre população escrava e não escrava, Campina decrescera do primeiro lugar em 1851 (com 3.446 escravos) para o décimo lugar, quando do censo de 1872. No entanto, o número de proprietários de terra passara de 87 (em 1840-1852) para 394 (em 1854-1888), mas o maior contingente continuava a ser de terras para agricultura e criação, juntas. Há que levar em conta, também que entre 1861 e 1888, os cultivadores de algodão sem ter-

sas próprias representavam 91%. A população de mulatos e pretos livres representavam 49,3% de todos os livres. No contexto geral, os ainda escravos perfaziam 16% de toda a negritude local (10).

A redução do número de escravos deve também ser atribuída ao desmembramento do município de Campina Grande. Em 1850, criou-se o de Alagoa Nova, que ficou com as terras mais férteis de Campina, caindo assim o número de engenhos campinenses para apenas seis. Em 1861, há informações de dois engenhos trabalhando com 41% de mão-de-obra escrava. Em ambos, havia mais trabalhadores livres e a média de escravos por engenho era de 12, levando-se em conta tratar-se de engenhos rapadureiros (11). A emancipação de São João do Cariri, Ingá e Cabaceiras, bem como Alagoa Nova pode ter tirado a mão-de-obra escrava de Campina, mas deve ter sido em pouca monta, uma vez que, daqueles municípios, apenas o de Ingá dobrou sua população escrava em 89%. Os outros três perderam escravos entre 21,3% (Cabaceiras) e 59% (Alagoa Nova). Trata-se-ia, pois, de exportação de trabalhadores e, talvez, de fornecimento de escravos para a guerra do Paraguai. Faltam pesquisas. Talvez estas quedas estejam incluídas na exportação de escravos, que, entre 1856 e 1881, teria levado 656 deles para o Sul (12).

O caráter de exportação parece ser confirmado pela cidade de Areia, que, entre 1851 e 1884, tivera sua população escrava diminuída em 48% (960 escravos), quando alforriou apenas 331, o que daria uma média de 19 escravos vendidos e/ou falecidos, por ano. Quanto às alforrias de Areia, 37% daquelas foram compradas ou dadas sob condições que iam desde serviços diretos a trabalhar até a morte. Isto desmistifica em parte, a precocidade da abolição, lá. Pelo Fundo de Emancipação, no período de 1875/86, Areia só alforriou 64 escravos e Campina, apenas 52, num total de 783 em toda a Província (13).

O número de negros e descendentes livres, em 1872, era de 6.910, com ligeira supremacia de mulheres. Deve ter sido desta massa de despossuídos que fluíram elementos para o movimento dos Quebra-Quilos e, antes, de um levante de escravos, de onde teriam saído aqueles que, processados em 1873, destruíram documentos cartoriais em 1874. Destes mulatos livres faziam parte os João Carga d'Água, pai e filho, sendo aquele processado por ter liderado os Quebra-Quilos. Um autor levanta a idéia de que o velho João Vieira da Silva teria participado do Ronco da Abelha (14).

Um João Carga d'Água nascido perto de Pocinhos, Pb, lá pelos fins da década de 1820, segundo o Almanach de Campina Grande, de 1933, teria participado do Ronco da Abelha. Quanto ao Levante dos Escravos de 1873, diz Pedro Baptista, naquele Almanach, que João Vieira teria liderado o movimento, o que parece inverossímil, por ele não ser escravo. Além do mais, ele ou o filho, homônimo, "famoso vaqueiro", era capitão-do-mato (15).

O Levante dos 80 escravos resultou na prisão de seus donos, principalmente do Coronel Alexandrino Cavalcanti, que passara dois dias escondido, com medo de represália, pois era proprietário, este pernambucano, de 40 escravos. Outro proprietário, Baltazar Luna foi preso e teve que caminhar três léguas a pé. Outros, como Bento Luna e José Barreto, além de outros proprietários, sofreram vexames. Os negros gritavam "viva a liberdade". Esta massa era composta de negros cambindas, minas, angolas e cariris remanescentes, segundo aquele autor (16).

Esta rebelião teria sido aplacada por uma estratégia contraditória. O delegado mandara buscar em Fagundes, Neco Barros que, à frente de 20 "cangaceiros", ocupou Campina e "restabeleceu a paz". Um ano depois, o cangaceiro Neco Barros se juntou

aos Quebra-Quilos na tentativa de destruir cartórios, por onde correria processo contra ele e seu grupo (17).

Em 1874, estourou na feira de Campina Grande, em novembro, a rebeldia dos camponeses contra a aplicação do Sistema Métrico Decimal. Eles teriam descido da Serra de Bodopitá, atingindo a feira de Fagundes. O movimento se espalhou na Paraíba, indo até o Rio Grande do Norte. Tratava-se aqui de uma contradição aguçada entre as forças produtivas e o avanço das técnicas mercadológicas, a que o Brasil teria de se submeter na produção para o capitalismo.

Estes três movimentos podem indicar a existência de uma massa camponesa, na faixa do Agreste da Borborema, sem descer para os latifúndios canavieiros, nem subir para os sertões criatórios. No caso específico de Campina Grande, é necessário notar o andamento do "travessão" agrícola, cuja polêmica se arrastava desde 1835, quando se proibiu criar gado solto, até os anos 1870. A lavoura (principalmente "roça" — mandioca —) teria subido a serra e passado do centro da Vila, atingindo o agreste, onde as fazendas de gado davam lugar às casas de farinha. O travessão que antes dividia as terras de criar e plantar por entre Fagundes e Campina avançou até ao Açude Velho, dentro de Campina, mas, na prática, os agricultores foram ultrapassando e se apossando até do Vale do Cariri. Ao Norte, a fronteira agrícola também subiu até aos limites de Alagoa Nova (18).

Tratar-se-ia de uma população camponesa, de pequenos produtores, sem o esmagamento das oligarquias canavieiras. Tais movimentos, então, seriam espontâneas reações à profunda marginalização sócio-econômico-cultural a que estavam relegados os "matutos".

De fato, a aplicação do Sistema Métrico Decimal, de origem francesa, era um imperativo para a modernização, dentro do liberalismo capitalista de então. O Império já havia adotado o padrão-ouro internacional, aberto o rio Amazonas à navegação internacional, acabado o tráfico de africanos, criado o mercado de terras, com a Lei de 1850 e naquele momento, necessitava, sob pressão, adequar seu sistema de pesos e medidas à ordem internacional, se quisesse continuar competindo. O sistema medieval de vara, côvado, braca, alqueire, quadra, palmo, etc. era incompatível com a racionalidade capitalista (19).

A liderança do Quebra-Quilos através de João Carga d'Água vem confirmar a participação da massa negra naquele movimento, pois o líder era um mulato livre, tinha "a pele azeitonada", era um "negro azeitona", bem como sua descendência. Seu quartel-general era em Pocinhos, ao noroeste de Campina Grande, para evitar um assalto às reservas do grupo lá na Serra do Bodopitá, além do que era uma posição estratégica para se invadir o Brejo paraibano, ou penetrar no sertão. Dito desta maneira, o movimento parece ter tido uma coordenação e não seria espontâneo. Assim pensa Pedro Baptista. Talvez, o sentido de organização tenha nascido depois dos primeiros ataques, quando o Carga d'Água velho consegue escapar, depois de ter ferido um Capitão com uma pedrada. Posteriormente, foi preso e submetido a torturas. Em maio de 1876, o mulato Alexandre de Viveiros, que teria atacado os cartórios e cadeia junto com o cangaceiro Neco de Barros, conseguiu com mais dez companheiros, arrombar a cadeia de Campina e fugir. No que foi imitado dias depois pelos 16 sentenciados, entre eles João Carga d'Água. Viveiros era também mulato e além de seus amigos, foram libertados alguns escravos (20).

No entanto, há uma contradição, pois segundo informações, João Carga d'Água teria sido remetido, encourado com o célebre colete de couro do Capitão Loriquinho,

para a Capital e daí para Fernando de Noronha. Viria a ser indultado pela República, morrendo aos noventa anos, em Campina, na primeira década deste século.

Alguns autores se referem ao Levante dos Escravos, não como tendo sido em 1873 e sim interligado aos Quebra-Quilos. Em sua visão elitista, Elpídio de Almeida chega a exagerar ao dizer que foram quase 400 escravos, os participantes. Depois cita depoimentos, onde eles não passam de trinta ou quarenta. Teriam ido a uma propriedade, onde se achava o Presidente do Conselho Municipal, a fim de pedirem o livro do Fundo de Emancipação, exigindo sua liberdade. Trouxeram as autoridades e patrões vigiados por escravos armados. Nove ou dez deles eram propriedades do pernambucano Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque. Mas, na cidade foram dissuadidos pelo Vigário Calixto da Nóbrega, além de terem sido informados que fazendeiros vinham em seu encalço com capangas. Fugiram do local, mas a vingança viria depois sobre qualquer coisa que um escravo fizesse, pois o Juiz da cidade era tiranicamente escravagista. Penas de 300, 600 açoites e até morte na tortura começaram a ocorrer (21).

A população escrava campinense andaria, em 1874, em torno de 1.156 escravos, computando-se 1.105 do censo de 1872 e a matrícula de 1876, que apontava 1.206. A partir daí, iria começar a bolsa de negócios em que se tornou o famigerado Fundo de Emancipação. O número de latifundiários que possuíam, em 1876, acima de 10 escravos representava tão somente 24% (19 deles), sendo o que tinha mais capital empata-do, era o referido oligarca Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, com 44 trabalhadores escravizados (22).

As alforrias tornaram-se um alívio para os latifundiários, levando-se em consideração que, desde 1871, não havia mais a reprodução de escravos. A seca de 1877 deve ter obrigado os proprietários a se desfazerem de seus bens, talvez baixando o valor do escravo, vendendo-o para o Sul. Até 1874, 46% da população escrava estava na agricultura, 30% não tinha profissão, enquanto 22% se dividiam entre artesãos e domésticos. Isto, na Paraíba, numa população de 26.025 escravos, que correspondia a apenas 13% da população escravizada no país (23).

Em 1880, segundo Elpídio de Almeida, Campina Grande teria 1.130 escravos, o que implicava num aumento nada significativo sobre os números do primeiro Censo, que acusara 1.105 e já abaixo da matrícula de 1876. A considerar a alforria pelo Fundo de Emancipação, o resultado teria sido frustrante, implicando numa média aproximada de 8 pessoas por ano, enquanto que as alforrias "humanitárias" possuíam um caráter altamente explorador da jornada de trabalho. Um, como se fora recompensa, por ter trabalhado forçado cerca de 30 anos e ter deixado para o patrão dez filhos, além de ter recebido 400\$000 como parte da alforria, preço de uma compra em 1842. Ou ainda, outro latifundiário que, em 1876, alforriou um casal na condição de estar "em nosso poder prestando os mesmos serviços como dantes" (24).

A população escrava campinense caíra 68% entre 1851 e 1872 e 17% entre 1872 e 1884, totalizando uma baixa de 73,5%. Enquanto que a Capital teria aumentado em quase cem por cento, no primeiro período e declinado em 32%, entre o Censo e 1884. Esta relação tem que ser avaliada dentro da perspectiva do reagrupamento das vilas e povoações periféricas à Capital, que ora são computadas nesta, ora avulsas. Por outro lado, o fato de ser Capital não deve ter tido muita influência, pois dos cinco municípios que concentraram mão-de-obra, a Capital vem em segundo lugar depois de Ingá e apenas na frente, um dígito, de São João do Cariri (55%, 30% e 29%, respectivamente) no período 1851/84. Os dois restantes estavam no sertão: Pombal (12%) e Piancó (2%). Vale ressaltar que todos estes apresentaram uma queda, entre 1851 e 1872,

exceção da Capital. Enquanto isto, Campina Grande e Areia decresceram gradativamente em 73% e 48%, naqueles 31 anos <sup>(24)</sup>.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Depoimento de Dona Maria Vieira, neta de João Carga d'Água ao Autor; Camilo, Josemir, História do Negro em Campina. Jornal da Paraíba, 5/2/1988; Ver também Josemir Camilo "João Carga d'Água e Os Quebra-Quilos", Jornal da Paraíba, 11/10/87; "Maria Vieira: Meu Avô tinha um instinto animalesco". In: Gazeta do Sertão, Edição Histórica, 13/5/88..
- 2) Pinto, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Parahyba, V. 2, p. 204.
- 3) Monteiro, Hamilton de Mattos. Nordeste Insurgente (1850-1890), pp. 33 a 45; Pinto, op. cit. pp. 207 e 210 a 214; ver ainda Elpidio de Almeida, História de Campina Grande, p. 204.
- 4) Camilo, Josemir. "Quilombo em Pernambuco no Século XIX. Revista do Arquivo Público (de Pernambuco), V. 31-32, N.º 33-34, Recife, 1977-1978, p. 24.
- 5) Câmara Epaminondas. Alicerces de Campina Grande, p. 44; GIJ (Joffily, Geraldo Irineo), Um Cronista do Sertão no Século Passado, pp. 38 e 40.
- 6) Livro de Escripturas. Escravos. XI, 1866-1875. Cartório do 1.º Ofício de Campina Grande.
- 7) GIJ, op. cit. p. 24; Camilo, Josemir. Os Tempos da Cólera, Jornal da Paraíba, 16/10/87; Pinto, op. cit. p. 248; Almeida, Elpidio, op. cit. pp. 204/5; Câmara, Epaminondas, Datas Campinenses, pp. 42/3.
- 8) Livro de Escripturas, op. cit.; Galliza, Diana, O Declínio da Escravidão na Paraíba, pp. 112/2.
- 9) Inventário de José Francisco da Costa Agra, 1872, In: Camilo, Josemir, Valor de Escravos em Campina, Gazeta do Sertão, Edição Histórica, 13/5/88. No Livro das Escripturas encontra-se a troca de uma parte da escrava Roza "por 82 braças de terra com mil de fundo".
- 10) Vianna. Marly de Almeida Gomes, Economia Agrária e Técnicas Agrícolas, In: Grão, Ano I, n.º 3, UFPb, Campina Grande, 1985, pp. 25/26; Ver ainda sua tese de mestrado em Economia, "A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande, 1840-1905", UFPb, 1985, p. 191.
- 11) Vianna. Economia Agrária e Técnicas Agrícolas, op. cit. p. 30.
- 12) Câmara, Epaminondas. Datas Campinenses, op. cit. pp. 41, 44 e 45; Galiza, op. cit. pp. 114/5.
- 13) Galliza, op. cit. pp. 156, 172 a 174 e 190.

- 14) Vianna. A Estrutura de Distribuição de Terras... op. cit. p. 195; Baptista, Pedro. João Carga d'Água. In: Almanach de Campina Grande de 1933, Apud: Camilo, Josemir. João Carga d'Água e os Quebra-Quilos, op. cit.
- 15) Segundo Dona Maria Vieira, João Carga d'Água teria nascido em 1839, o que inviabiliza a afirmação de Pedro Baptista de que ele teria liderado, ou ao menos participado do Ronco da Abelha (com 13 anos?). Ver Gazeta do Sertão, Edição Histórica, op. cit.
- 16) Baptista, op. cit.; O Coronel Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque construíra um mercado novo em Campina, em 1864. Latifundiário e comerciante, em 1868, comprara 14 escravos. Quando do levante dos Quebra-Quilos, estes se amotinaram em frente ao seu mercado particular e foram reprimidos pela polícia e capangas de Alexandrino. Este latifundiário seria denunciado pela Gazeta do Sertão como usurpador de terras de pobres agricultores. Ver Joffily, Geraldo Irineo, O Quebra-Quilo (A Revolta dos Matutos contra os Doutores) (1874), In: Revista de História, Vol. LIV. N.º 107, Ano XXVI, pp. 105, 107 e 108; Sobre a compra de escravos, ver Livro de Escripturas, op. cit.
- 17) Baptista, op. cit.; Câmara, Epaminondas, Datas Campinenses, pp. 59 a 61.
- 18) Câmara, idem, pp. 39, 58, 62 e 63; Ver também Alicerces de Campina Grande, p. 56; Joffily, Geraldo Irineo, O Quebra-Quilo, op. cit. p. 71
- 19) Souto Maior, Armando. Quebra-Quilos, Lutas Sociais no Outono do Império, p.p. 21 a 54; Palácios, Guillermo. Campesinato e Escravidão: Uma Proposta de Periodização para a História dos Cultivadores Pobres Livres no Nordeste Oriental do Brasil: c. 1700-1875. In: Dados, vol. 30, n.º 3, pp. 325-356; Camilo, Josemir. O Movimento Quebra-Quilos. A União, João Pessoa, 25/11/87.
- 20) Câmara, Datas Campinenses, op. cit. p. 61; GIJ, Um Cronista do Sertão... op. cit. pp. 34/35 a 41; Joffily, Irineo, Notas sobre a Parahyba, p. 187. Joffily comete um deslize ao dizer que o Movimento começou em 1875; Ver ainda Geraldo Irineo Joffily, O Quebra-Quilo, op. cit. pp. 106 a 110; Almeida, Horácio de. Brejo de Areia, pp. 136-146.
- 21) Almeida, Elpídio. História de Campina Grande, pp. 211/213.
- 22) Idem, p. 210.
- 23) British Parliamentary Paper, Vol. LXXV, 1885. Report by Consul Lennon-Hunt on the Trade and Commerce of Rio de Janeiro, for the year 1873.
- 24) Almeida, Elpídio, op. cit. pp. 208/210; Diana Galliza, op. cit. pp. 172 a 174.
- 25) Dados trabalhados a partir de Pinto, op. cit. p. 207; Galliza, op. cit. p. 112/3.



## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Elpídio de. *História de Campina Grande*, Editora Universitária, UFPb, João Pessoa, 1979.
- Almeida, Horário de. *Brejo de Areia*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/Serviço de Documentação (1957).
- Câmara, Epaminondas. *Alicerces de Campina Grande*. Campina Grande, Livraria Moderna (1943).
- \_\_\_\_\_. *Datas Campinenses*. João Pessoa, Academia Paraibana de Letras (Departamento de Publicidade), 1947.
- Camilo, Josemir. *História do Negro em Campina*. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 5/2/1988.
- \_\_\_\_\_. *João Carga d'Água e os Quebra-Quilos*. *Jornal da Paraíba*, 11/19/1987.
- \_\_\_\_\_. *O Movimento Quebra-Quilo*. *A União*, João Pessoa, 25/11/1987.
- \_\_\_\_\_. *Os Tempos da Cólera*. *Jornal da Paraíba*, 16/10/87.
- \_\_\_\_\_. *Quebra-Quilo e os Ingleses*. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26/8/1986.
- \_\_\_\_\_. *Valor do Escravo em Campina*. *Gazeta do Sertão*, Edição Histórica, Campina Grande, 13/5/1988.
- Galliza, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)*. Editora Universitária, UFPb, João Pessoa, 1979.
- Joffily, Geraldo Irineo. *O Quebra-Quilo (A Revolta dos Matutos contra os Doutores) (1874)*. In: *Revista de História*, Vol. LIV, n.º 107, Ano XXVII, São Paulo, 1976.
- (\_\_\_\_\_) *GIJ. Um Cronista do Sertão no Século Passado. (Apontamentos à Margem das "Notas sobre a Paraíba" de Irineo Joffily)*. Campina Grande, Prefeitura Municipal/Comissão Cultural do Município, 1965.
- Joffily, Irineo. *Notas sobre a Parahyba*. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1892.
- Joffily, José. *Entre a Monarquia e a República. Idéias e Lutas de Irineo Joffily*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1982.
- Monteiro, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. 2.ª Edição, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Palácios, Guillermo. *Campesinato e Escravidão: Uma Proposta de Periodização para a História dos Cultivadores Pobres Livres no Nordeste Oriental do Brasil; C. 1700-1875*. In: *Dados (Revista de Ciências Sociais)*. Vol. 30, n.º 3, 1987, Rio de Janeiro, IUPERJ/Espaço e Tempo, pp. 325-356.
- Pinto, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. Vol. 2, Editora Universitária, UFPb, João Pessoa, 1977.
- Souto Maior, Armando. *Quebra-Quilos. Lutas Sociais no Outono do Império*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

Vianna, Marly de Almeida Gomes. Economia Agrária e Técnicas Agrícolas. In: Grão, n.º 3, Ano 1, UFPb, Campina Grande, julho/agosto, 1985, pp. 11-56.

\_\_\_\_\_. A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande, 1840-1905. Tese de Mestrado em Economia Rural, UFPb, Campina Grande, 1985.

## DOCUMENTAÇÃO

Almanach de Campina Grande de 1933.

British Parliamentary Paper, Vol. LXXV, 1875. Public Record Office. London.

Inventário post-mortem de José Francisco da Costa Agra, 1872. SDHIR/UFPb, Campina Grande.

Livro de Escripturas. Escravos. XI, 1866-1875. Cartório do 1.º Ofício de Campina Grande.

## JORNAL

Gazeta do Sertão. Edição Histórica. Campina Grande, 13/5/1988.